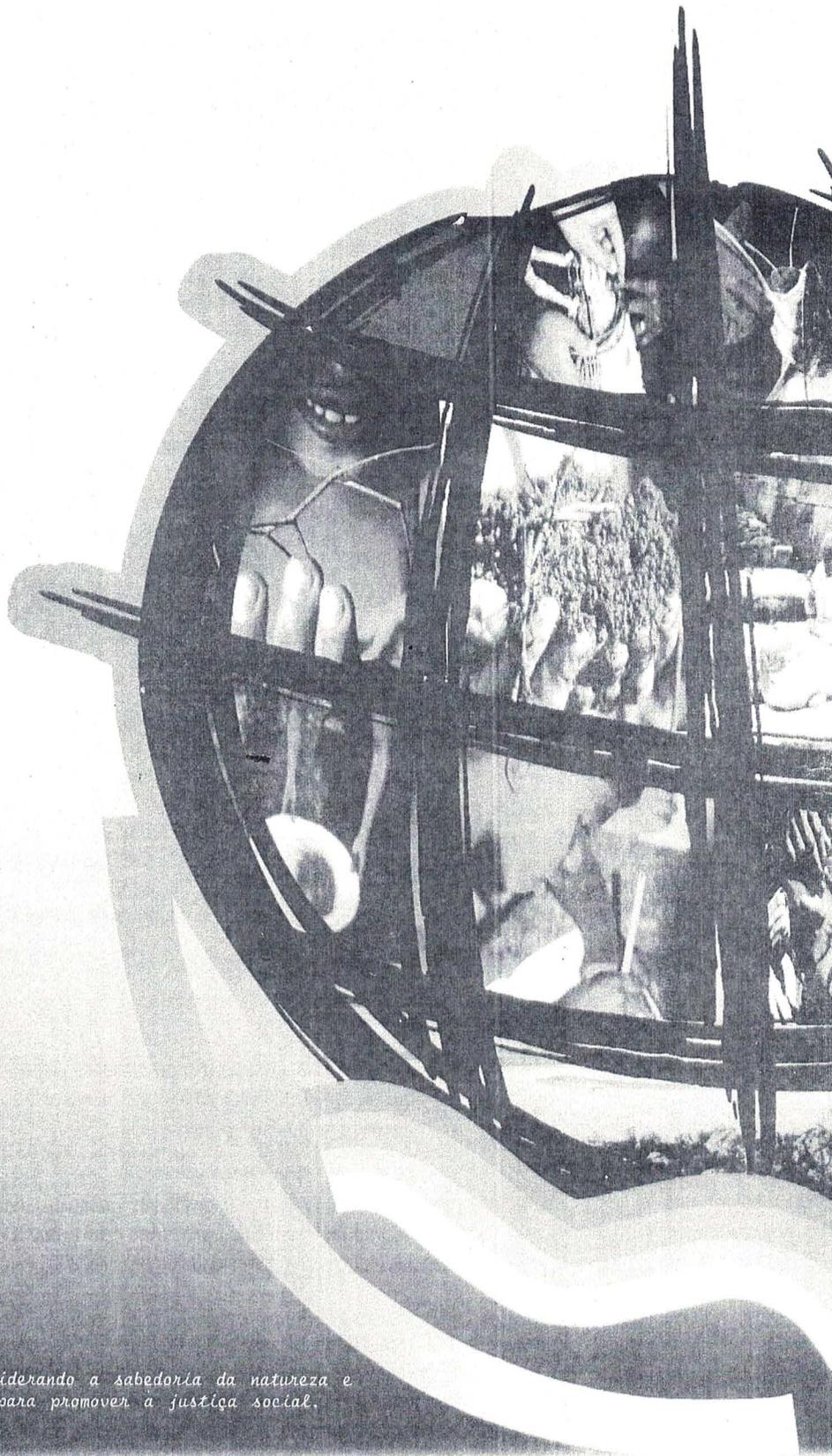




Espaço e Geografia



Capa:

Um grande desafio espera a humanidade:

- fazer a paz com o meio ambiente considerando a sabedoria da natureza e enriquecer-se com a sua diversidade para promover a justiça social.

Espaço e Geografia é uma publicação anual do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília - UnB, que tem como objetivo divulgar trabalhos dos estudiosos do Espaço Geográfico e de Áreas afins, com ênfase numa abordagem interdisciplinar.

COMISSÃO EDITORIAL

Maria José de Souza (Organização e Coordenação)
Lúcia Cony Faria Cidade
Marília Luíza Peluso

PARECERISTAS

Adyr Balastrieri Rodrigues
Aldo Paviani
Anderson Pereira Portuguez
Benny Schvasberg
Bertha Becker
Ignez Costa Barbosa Ferreira
Iná Castro
Jacqueline Low-Ber
Lindon Matias Fonseca
Lúcia Cony Faria Cidade
Maria Augusta Almeida Bursztyn

Maria Geralda de Almeida
Maria José de Souza
Marília Luíza Peluso
Mário Diniz de Araújo Neto
Mônica Molina
Nelba Azevedo Penna
Othon Leonardos
Renato Guimarães Fontes
Violeta de Faria Pereira
Zilá Mesquita

PROJETO GRÁFICO

Maria José de Souza

REVISÃO

João Vianney Cavalcanti Nuto

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

José Miguel dos Santos

CAPA

Maria José de Souza
José Miguel dos Santos

INFORMAÇÕES E CORRESPONDÊNCIA

Universidade de Brasília-UnB
Instituto de Ciências Humanas-IH
Departamento de Geografia
Caixa Postal: 4661

CEP: 70.919-970
Telefax: (61) 272-1909 - 307-
2373/2814/2810
E-mail: geaunb@unb.br

TIRAGEM

500 exemplares

APOIO

CAPES

Os trabalhos são da inteira responsabilidade de seus autores.
Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.
Aceita-se permuta./Exchanges desired.

E77 Espaço e geografia / publicação do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia. - Ano 4, nº 1 (2001) - Brasília : Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, 2001 -
-V.

Publicação semestral.

I. Geografia - pós-graduação. I. Departamento de Geografia da UnB.
II. Programa de Pós-Graduação em Geografia.

CDU - 91(05)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Os MOVIMENTOS SOCIAIS E OS USOS ALTERNATIVOS DO ESPAÇO AGRÁRIO

A QUESTÃO AGRÁRIA NO LIMAR DO SÉCULO XXI	07
<i>Bernardo Mançano Fernandes</i>	
MOVIMENTOS DE LUTA PELA TERRA NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO: IDENTIDADES COLETIVAS, CIDADANIA E NOVAS TERRITORIALIDADES EM CONSTRUÇÃO	25
<i>Letícia de Castro Guimarães / Antonio Ricardo Micheloto</i>	
O FIM DO ÊXODO RURAL?	37
<i>Mauro Eduardo Del Grossi / José Graziano da Silva / Clayton Campanhola</i>	
UMA LEITURA DO NOVO CENÁRIO RURAL E AS SUAS POTENCIALIDADES DE DESENVOLVIMENTO A PARTIR DO TURISMO RURAL	57
<i>Patrícia Marasca Fucks</i>	
MAIS ALÉM DA PORTEIRA: O DESAFIO DE AÇÕES COOPERATIVAS NO TURISMO RURAL E NO ECO-TURISMO	77
<i>Zilá Mesquita</i>	
TURISMO RURAL E TURISMO DE HABITAÇÃO EM PORTUGA	83
<i>Carminda Cavaco</i>	
A MINERAÇÃO DE DIAMANTE NA SERRA DO TEPEQUÉM – RORAIMA COMO AGENTE GERADOR DE IMPACTOS AMBIENTAIS E MODIFICADOR DA PAISAGEM	97
<i>José Augusto Vieira Costa / Raimundo Alves dos Reis Neto</i>	
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS DA URBANIZAÇÃO	107
<i>Maria Clara da Cruz / Rafael Sanzio Araújo dos Anjos</i>	
BRASÍLIA COMO CIDADE-MUNDIAL SOB O PONTO DE VISTA DE ASPECTOS NÃO-ECONÔMICOS	119
<i>Regina Maniçoba</i>	
GESTÃO SAGRADA DO ESPAÇO URBANO NA HIERÓPOLIS DO SENHOR JAGANNĀTHA	133
<i>Marília Luiza Peluso / Kátia Aparecida Sinhoro</i>	
MODERNIDADE, VISÕES DE MUNDO, NATUREZA E GEOGRAFIA NO SÉCULO DEZENOVE	149
<i>Lúcia Cony Faria Cidade</i>	
OVERCOMING THE DILEMMAS OF PARTICIPATORY DEMOCRACY: THE PARTICIPATORY BUDGET POLICY IN PORTO ALEGRE	169
<i>Rebecca Neaera Abers</i>	
CONSTRUÇÃO DE UM PLANO DE GESTÃO: A EXPERIÊNCIA DA ZONA COSTEIRA DA AMAZÔNIA LEGAL	189
<i>Maiza Seabra Nogueira Lannes</i>	

UMA LEITURA DO NOVO CENÁRIO RURAL E AS SUAS POTENCIALIDADES DE DESENVOLVIMENTO A PARTIR DO TURISMO RURAL

Patrícia Marasca Fucks*

RESUMO

Os desequilíbrios e impactos resultantes do processo de globalização da economia e da moderna revolução tecnológica impõem a necessidade de se buscarem novas alternativas ao desenvolvimento rural e, particularmente, para a agricultura, uma vez que a situação de pobreza persistente, de exclusão social, de degradação dos recursos naturais e de disparidades econômicas surge como manifestações cada vez mais freqüentes e evidentes no espaço rural brasileiro. O meio rural vem sofrendo inúmeras transformações, marcadas, especialmente, pelo crescimento de uma série de novas atividades, não necessariamente vinculadas à produção agrícola, definidas a partir das novas demandas da sociedade. Dentre essas alternativas figuram a prestação de serviços (pessoais, de lazer ou auxiliares nas atividades econômicas), o comércio, a produção artesanal e a agroindustrialização, destacando-se o turismo rural como importante atividade indutora do crescimento das ocupações não-agrícolas do espaço rural e do desenvolvimento de infra-estruturas. A leitura da nova ruralidade, delineada a partir das realidades objetivas do momento histórico atual, desde uma perspectiva dos recursos endógenos do território, das inter-relações do rural com o urbano e das múltiplas opções que oferece aos diferentes grupos humanos (produtores rurais, agricultores familiares, grupos indígenas e comunidades marginalizadas), no âmbito agrícola e não-agrícola, permite visualizar as inúmeras potencialidades de desenvolvimento do espaço rural brasileiro a partir das atividades turísticas.

As atividades turísticas no meio rural devem ser entendidas enquanto nova alternativa econômica para viabilizar o desenvolvimento local, uma vez que proporcionam estímulos ao crescimento de inúmeras e pequenas atividades, geradoras de renda, que passam a despertar interesse, sendo, pois, disponibilizadas para consumo e usufruto dos visitantes ou dos turistas. Essas atividades assumem importante papel no contexto social, na medida em que oferecerem novas oportunidades para o incremento da renda familiar e para a geração de empregos na comunidade, o que proporciona condições para a melhoria da qualidade de vida das famílias envolvidas.

Assim, o turismo rural pode ser empregado enquanto estratégia de desenvolvimento das regiões menos favorecidas em termos geográficos ou climáticos, onde as opções de produção agrícola são reduzidas. Sobretudo, é importante o papel que desempenha na revitalização da economia dos municípios, induzindo o desenvolvimento em nível local, na medida em que motiva seus empreendedores a buscar maior qualidade e diversificação na produção, e novos mercados consumidores do produto do seu trabalho.

PALAVRAS-CHAVES:

Desenvolvimento rural, ocupações não-agrícolas, nova ruralidade, turismo rural.

* Arquiteta e Urbanista, Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria - RS. E-mail: patriciarqui@bol.com.br.



INTRODUÇÃO

Nos últimos cinquenta anos o Brasil vem experimentando diversos processos de modernização da agricultura. Os impactos derivados da industrialização e da expansão dos setores exportadores foram os principais responsáveis pelo agravamento da crise da estrutura agrária. Durante a evolução da estrutura agrária a agricultura assumiu expressão em duas diferentes formas: a agricultura comercial, especializada na produção de matérias-primas para a indústria e de produtos para a exportação, e a agricultura familiar, voltada para a produção de alimentos para abastecer o mercado interno e para subsistência.

A política desenvolvimentista, marcadamente nos anos 60 e 70, teve a revolução verde como um dos seus eixos centrais, orientada para a diversificação da produção e para o melhoramento da produtividade da agricultura comercial. Esse processo de modernização, baseado na transferência de pacotes tecnológicos, na mecanização e na utilização massiva de insumos externos à propriedade rural, o que era garantido pelo crédito agrícola, provocou sérios problemas sociais e ambientais. Em consequência disso, deu-se o crescente empobrecimento do homem rural, a concentração de terras nas mãos de uma minoria, o êxodo rural, a degradação dos recursos naturais e a desvalorização da cultura rural.

De acordo com ALMEIDA (1998, p.147) alguns elementos advindos do processo de modernização, como a artificialização do trabalho camponês (operada através da unificação e padronização dos produtos agrícolas, que abriu caminho para a especialização do agricultor), a profissionalização da atividade agrícola e a "setorialização" da agricultura em geral, levaram a agricultura ao rompimento ou à perda da sua capacidade tradicional de se regular. Esse processo de "heteronomização" da atividade agrícola familiar fez com que o agricultor, de forma individual ou coletiva, sentisse reduzida sua capacidade de harmonizar os fatores de sua produção. Dessa forma, a autonomia camponesa, que se liga estritamente ao trabalho, apresenta-se como uma das principais manifestações em favor de uma agricultura alternativa. Segundo ALMEIDA (1998, p.151), "os agricultores que buscam experimentar sistemas mais autônomos estão de fato na busca de alguma coisa portadora de mais solidariedade e com a qual possam se identificar, ou seja, de um sistema que possa responder as suas tentativas pessoais de reencontrar a 'coerência' do modelo camponês".

Dessa forma, a proposição de novos processos de desenvolvimento surge como via fundamental para a superação da situação de crise da agricultura e de empobrecimento do meio rural.

Assim, progressivamente começaram a surgir novas demandas pelo espaço rural dos países da América, em parte vinculadas aos recursos endógenos de que dispõe o seu território e que estão relacionadas com a biodiversidade e os recursos naturais. Por outro lado, também expressam a necessidade cada vez maior de se dispor da paisagem rural como espaço vital para desfrute do tempo de lazer e uma crescente demanda de produtos com nichos de mercado não-tradicionais.

Esta nova concepção do que seja o rural está vinculada ao aumento da produção e da produtividade, ao combate à pobreza como busca de equidade social, a preservação

do território e do resgate dos valores culturais – fortalecendo portanto, a identidade nacional, – ao desenvolvimento de uma nova cultura agrícola e rural, que valorize a biodiversidade e os recursos naturais; e ao aumento dos níveis de participação fortalecendo o desenvolvimento democrático.

A partir de então evidencia-se uma mudança no espaço rural, tradicionalmente caracterizado pela presença das atividades produtivas agrícolas e de uma população dispersa. A visão territorial permite visualizar a multiplicidade de funções vinculadas ao desenvolvimento agrícola, agroindustrial e artesanal, aos serviços de turismo e cultura, à conservação da biodiversidade e dos recursos naturais.

De um modo geral, todos os países americanos demandam avanços no desenvolvimento de suas sociedades; um desenvolvimento de caráter bem definido, que implique a satisfação das necessidades e nos direitos humanos das gerações presentes e futuras, sem colocar em risco o equilíbrio do ecossistema que sustenta a vida na Terra.

A IMPORTÂNCIA DO SETOR AGRÍCOLA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

A conquista do desenvolvimento econômico, fenômeno almejado e perseguido por praticamente todas as nações, constitui-se como um grande desafio a ser vencido, em uma vez que implica o aprimoramento da qualidade de vida das suas comunidades, uma realidade que só é possível quando o ser humano tem suas necessidades básicas e desejos supridos adequadamente. O não-cumprimento destes pressupostos faz surgir uma série de insatisfações materiais e graves problemas sociais.

Notadamente, os países com baixo índice de desenvolvimento, que geralmente apresentam elevada taxa de crescimento demográfico, encontram maiores dificuldades com relação ao suprimento das necessidades básicas de sua população.

Embora seja desejável a expansão econômica de um país, como um todo, admite-se a existência de grandes dificuldades para se atingirem os mesmos níveis de desenvolvimento em todos os setores da sua economia. Assim, em muitos países observa-se freqüentemente um descompasso no desenvolvimento entre os diversos setores (agropecuário, industrial e de serviços), “fenômeno esse que constitui um sério óbice para que se atinja o desenvolvimento econômico pleno, uma vez que surge como uma forte restrição para a dinâmica do próprio processo” (CARVALHO, 1997, p.502).

Segundo observa esse mesmo autor, a queda da importância do setor agrícola em relação aos demais setores da economia, em decorrência da transformação estrutural que se efetua como resultado do próprio processo de desenvolvimento, é uma característica própria de países subdesenvolvidos. No entanto, o setor agrícola apresenta papel importante, especialmente nos primeiros estágios do processo de desenvolvimento, quando ocorre um sensível crescimento demográfico em função dos avanços no setor da saúde pública, o que gera uma maior demanda por alimentos. Caso a produção de alimentos (oferta) não cresça no mesmo ritmo da procura, possivelmente ocorrerá aumento de preços,



elevando a pressão sobre os salários e gerando, conseqüentemente, um descontentamento social. Por outro lado, também não é conveniente que a oferta cresça a uma taxa inferior à procura, pois a redução dos preços poderia desestimular os agricultores a investir na produção de alimentos.

Segundo J.W. MELLOR e B.F. JOHNSTON, *apud* CARVALHO (1997, p.504), "historicamente tem-se notado que nos países subdesenvolvidos, nos quais a atividade agrícola representa entre 40 e 60% da renda, uma taxa adequada de desenvolvimento não poderá ser obtida sem a contribuição da agricultura para a formação do capital necessário não só ao seu próprio desenvolvimento, mas também ao dos demais setores da economia".

De acordo com NUEVA RURALIDAD, (2000, p.9) a própria história do desenvolvimento do continente americano encontra-se estreitamente vinculada ao desenvolvimento da agricultura "... *la cual ha financiado gran parte del esfuerzo de industrialización de América y los polos urbanos del hemisferio*", e que ainda hoje tem importância no produto interno bruto dos países.

Na realidade, o que se pode constatar é que há um constante inter-relacionamento do setor agrícola com os demais setores da economia e vice-versa. O próprio setor de serviços, por exemplo, oferecendo transporte, educação e assistência técnica mantém um vínculo cada vez maior com o processo de desenvolvimento da agricultura. Conforme salienta CARVALHO (1997, p.506) "os serviços estão ligados a um componente institucional muito grande uma vez que os programas básicos de pesquisa agrônômica, extensão rural, crédito e educação estão na maioria desenvolvidos por organismos governamentais". Através desses programas pode-se criar um fluxo educativo permanente entre os pesquisadores e os agricultores, por intermédio do trabalho dos extensionistas. Assim, os problemas e necessidades dos agricultores extrapolam os limites da sua propriedade, buscando-se conjuntamente as soluções mais adequadas, resultantes do processo de investigação científica.

O NOVO CENÁRIO RURAL DOS PAÍSES AMERICANOS E SUAS POTENCIALIDADES DE DESENVOLVIMENTO

Há que se considerar que os avanços no conhecimento e a tecnologia têm contribuído muito no sentido do desenvolvimento e da modernização agrícolas e ao crescimento econômico como um todo. Em nível global e, particularmente, nos países americanos, o crescimento econômico significou, para uma parcela diminuta da população, a melhoria de vários indicadores de qualidade de vida (saúde, infra-estrutura, educação), mas não combateu as situações de pobreza discriminação, marginalização social e degradação dos recursos naturais. A partir da constatação de que quase metade da população do hemisfério que vive em estado de pobreza, concentra-se principalmente nas zonas rurais, na maioria dos países, percebe-se que alguns setores dessa população não estão usufruindo plenamente dos benefícios do desenvolvimento, pois não têm qualquer participação nas economias regionais e nem sequer acesso aos recursos produtivos.

Sendo assim, persiste ainda a necessidade de se superarem os desequilíbrios econômicos, sociais, políticos e ambientais presentes no meio rural, os quais atuam como fator limitante do desenvolvimento humano e constituem uma ameaça à estabilidade dos ecossistemas. Por outro lado, o capital físico, natural, cultural, humano e social de que dispõe o meio rural, nos faz reconhecer o seu potencial para o desenvolvimento.

Notadamente o espaço rural dos países americanos vem passando por grandes transformações, as quais interferem na agricultura e no meio rural, definindo novas demandas da sociedade atual e descortinando uma série de novas oportunidades de desenvolvimento. Como resultado desta evolução produziu-se um novo cenário rural "baseado em um caráter territorial, que permite visualizar assentamentos humanos e suas relações, em um contínuo rural-urbano expressado entre outros aspectos, em um desenvolvimento progressivo de atividades agrícolas não tradicionais e atividades não-agrícolas no meio rural" (NUEVA RURALIDAD, 2000, p.9).

Assim, o desenvolvimento rural sustentável, materializado na construção de uma "nova ruralidade", demanda a formulação de alternativas inovadoras de desenvolvimento e cooperação que auxiliem as atividades econômicas – produtivas e comerciais – do meio rural para financiar, sem endividamento externo, o desenvolvimento local, regional e nacional (NUEVA RURALIDAD, 2000, p.14).

É preciso repensar novas formas de desenvolvimento das atividades produtivas, realizadas, ainda, segundo padrões de produção que degradam a quantidade e a qualidade dos recursos naturais disponíveis, os quais são de fundamental importância para o meio rural.

Dentre as inúmeras oportunidades oferecidas pela "nova ruralidade" aos diferentes grupos humanos (produtores rurais, agricultores familiares, indígenas e comunidades marginalizadas) estão as novas orientações produtivas como o cultivo de bioenergéticos, plantas medicinais, artesanatos, turismo rural, reflorestamento, agricultura orgânica, empresas de serviços rurais e uma maior integração da cadeia agroprodutiva e comercial, com expressões nos meios rural e urbano. Estas oportunidades, centradas no desenvolvimento humano, aproveitando-se do capital humano, físico, natural, social e cultural, bem como do patrimônio histórico das comunidades rurais, surgem como espaço de desenvolvimento econômico e de organização, aumentando os níveis de participação do ser humano e, conseqüentemente, criando condições para melhoria da qualidade e do nível de vida dos habitantes dentro dos limites impostos por os ecossistemas locais, regionais ou globais (NUEVA RURALIDAD, 2000, p.9).

ALMEIDA (1998, p.149) aponta alguns elementos ou condições que possibilitam ao agricultor e à sua família adquirir um maior nível de autonomia no meio social e agrícola brasileiro, os quais muitas vezes dizem respeito a uma concepção mais ampla do *metier* e da profissão do agricultor, que já não se limita unicamente à atividade agrícola tradicional:

- a) o domínio de um saber camponês específico e de certos instrumentos de produção, buscando recuperar tecnologias e procedimentos rudimentares para uma melhor adaptação da mão-de-obra às condições de trabalho;
- b) um maior respeito ao meio ambiente;
- c) a disponibilidade de um leque mais amplo de opções de trabalho no interior da estrutura

produtiva, onde a pluralidade de fontes de entrada de renda garante o sustento familiar; d) a possibilidade de gerir e organizar o próprio tempo de trabalho, abrindo espaço para o engajamento em outras atividades: atividades ligadas ao setor industrial, à prestação de serviços exteriores, ao artesanato e ao comércio a distribuição dos produtos agrícolas, manutenção/conservação do meio ambiente; e) auto-organização em grupos, cooperativas ou associações de caráter comunitário para fazer frente às dificuldades crescentes da produção, comercialização e da vida social rural.

As diferentes estratégias, no entanto, convergem para o mesmo objetivo: visam, fundamentalmente, senão a superar, pelo menos a amenizar a situação de crise econômica enfrentada pelo agricultor. De um modo geral, buscam atingir um estágio de desenvolvimento que leve a uma progressiva redução da dependência de insumos, de crédito, viabilizando uma estrutura mais estável para comercialização dos produtos agrícolas.

AS INÚMERAS TRANSFORMAÇÕES DO MEIO RURAL BRASILEIRO

A partir da década de 90 pode-se constatar a ocorrência de inúmeras transformações no meio rural brasileiro, marcada, especialmente, pela inserção de novas funções e pela diversificação das suas atividades produtivas, o que preconiza um novo entendimento a – cerca do desenvolvimento rural.

Este novo cenário rural afirma-se através dessas duas importantes tendências: a) a presença de novas funções, que não exclusivamente a econômica, voltada para a produção de alimentos (multifuncionalidade do espaço rural); b) o crescimento de novos tipos de ocupações, não necessariamente agrícolas (pluriatividade das famílias agrícolas).

Com isso percebe-se que “já não se pode caracterizar mais o meio rural brasileiro como estritamente agrário” (CAMPANHOLA e SILVA, 2000, p.10).

Os espaços rurais, que eram entendidos, até então, apenas como local de trabalho das pessoas ocupadas em atividades agropecuárias, destinadas principalmente à produção de alimentos e de insumos, incorporam definitivamente diversos “aspectos relacionados ao lazer e ao ludismo” (SCHNEIDER e FIALHO, 2000, p.31). Neste sentido, mediante inserção de equipamentos turísticos, prestação de serviços como hospedagem e alimentação, adequação das instalações e da infra-estrutura geral da propriedade rural e/ou qualificação dos recursos humanos da comunidade, a atividade turística no meio rural pode trazer benefícios tanto às famílias rurais (empreendedoras) quanto às urbanas (visitantes ou turistas).

O turismo rural proporciona às famílias rurais produtoras o incremento da renda, a melhoria da qualidade de vida e a valorização do *modus vivendi* e, às famílias urbanas, o suprimento de suas necessidades de lazer, repouso, resgate das origens étnico-culturais, o contato com a natureza e com os valores do meio, bem como o intercâmbio cultural com as comunidades receptoras.

Além disso, o meio rural vem sendo ocupado como lugar de moradia, sendo usufruído de forma diversa por classes sociais de interesses bastante distintos. A classe média/

média alta utiliza-o preferencialmente como local para instalação de residência secundária, de sítios de lazer ou de condomínios rurais fechados, especialmente por valorizar alguns aspectos de que não dispõe mais nas zonas urbanas, como segurança, conforto, tranquilidade, lazer e qualidade de vida. Diferentemente, a classe de baixa renda costuma habitar na zona rural, mas na maioria das vezes precisa deslocar-se ao centro urbano para trabalhar.

Com isso pode-se constatar, segundo CAMPANHOLA e SILVA (2000, p.11) “que as pessoas residentes no meio rural não estão necessariamente ocupadas, nem muito menos ocupadas em atividades agrícolas. Essa dissociação crescente entre local de residência e local de trabalho, que há muito já ocorreu nas cidades, é mais um indicador da urbanização dos campos brasileiros”. Segundo os autores, ainda podem ser identificadas outras funções do meio rural brasileiro, como desenvolvimento de atividades de preservação e conservação da natureza e o surgimento de um conjunto de profissões tipicamente urbanas que aí estão proliferando em função da urbanização do trabalho rural.

A outra tendência de mudança no meio rural brasileiro está sendo sinalizada pelo crescimento de pequenas atividades internas à propriedade, não relacionadas à produção. Estas assumem importância pelo fato de poderem gerar ocupações complementares às atividades agrícolas – as quais continuam sendo praticadas em maior ou menor intensidades nas propriedades – e rendas não-agrícolas para um número significativo de famílias rurais. Segundo CAVACO (1985, p.257), além da crescente insuficiência das rendas agrícolas nas pequenas propriedades, também a urbanização, a secundarização e a terceirização da economia regional são situações que vêm induzindo uma série de modificações na forma de vida e de concepção do trabalho das famílias rurais.

Segundo SILVA, VILARINHO e DALE (1999, p.15-16), pode-se considerá-las como uma estratégia de diversificação produtiva das propriedades rurais. Sobretudo, devem ser entendidas como parte de um processo de agregação de serviços aos produtos agrícolas e produção de bens não-materiais (paisagem, ar puro) o que viabiliza o desenvolvimento da atividade turística no meio rural. De acordo com os autores, este processo, em que as áreas rurais passam a ser associadas não somente às práticas agrícolas tradicionais, mas também a uma série de atividades não-agrícolas voltadas ao consumo, como o turismo, os serviços, a agroindústria, o lazer e a residência, ficou conhecido como “mercantilização do espaço agrário”.

Por outro lado, SILVA, VILARINHO e DALE (1999, p.32) observam que, apesar de muitas dessas novas atividades não guardarem quase nenhuma relação com as práticas agropecuárias, há ainda outras de base evidentemente agrícola (criação de aves exóticas, cultivo de flores, de plantas medicinais, de hortaliças) que já existiam anteriormente e “que até pouco tempo ainda eram consideradas marginais devido à pequena importância na geração de renda”, conforme afirmam SILVA, BASALDI e DEL GROSSI *apud* SCHNEIDER e FIALHO (2000, p. 31).

Este fenômeno, caracterizado pela existência de um conjunto relativamente amplo de pequenas atividades não-agrícolas exercidas pelas famílias rurais, que buscam a

diversificação de suas atividades econômicas para complementar a sua renda agrícola, tem sido definido na literatura atual a partir de diferentes designações adotadas pelos autores. Enquanto alguns o denominam pelo termo “pluriatividade”, outros utilizam “*part-time farmer*” (agricultor em tempo parcial), e ainda há aqueles que consideram estes dois termos como sinônimos.

Segundo CAMPANHOLA e SILVA (2000, p.9) o conceito de pluriatividade permite descrever a conjunção das atividades agrícolas com outras atividades que gerem ganhos monetários e não-monetários, independentemente de serem internas ou externas à exploração agropecuária. Assim, consideram que o termo engloba os conceitos de diversificação produtiva e de agricultura em tempo parcial. Já o termo *part-time farmer* é empregado para designar agricultores ou pecuaristas que dedicam parte do seu tempo ao desempenho de outras atividades não-agrícolas, combinadas às anteriores, em trabalhos dentro ou fora da sua propriedade.

Para C. BARBERIS *apud* CAVACO (1985, p. 256), deve-se incluir na agricultura em tempo parcial “as explorações em que o produtor e/ou as ajudas familiares exercem outras atividades profissionais – complementares, predominantes ou mesmo exclusivas –, na agricultura, no artesanato e indústria, ou no comércio e serviços”. Esta definição valoriza especialmente a família agrícola.

Em resumo, importa que essas terminologias são empregadas por diferentes autores na interpretação e caracterização de um mesmo fenômeno, em que os membros da família rural desenvolvem outras atividades, realizadas dentro ou fora da sua propriedade, não se detendo exclusivamente na prática das atividades agropecuárias tradicionais. Para CAVACO (1985, p.256), isto pode implicar a reorganização profunda do trabalho agrícola e doméstico, de forma a liberar os membros com maiores oportunidades de exercício de atividades remuneradas fora das respectivas propriedades.

Segundo CAMPANHOLA e SILVA (2000, p.12) pode-se dizer que as famílias rurais, compreendidas por agricultores familiares que trabalham por conta própria e não contratam trabalhadores permanentes, estão gradativamente se transformando de famílias agrícolas em famílias pluriativas ou não-agrícolas.

De acordo com CAVACO (1985, p.255), a pluriatividade das famílias as tem levado à combinação de atividades diversas, que não empregam em tempo completo o produtor, ou este e sua mulher. Assim, a agricultura muitas vezes já não ocupa mais integralmente o tempo de atividade do agricultor, pois não constitui sua única opção de trabalho e fonte de renda, muito embora ela ainda se destaque como atividade principal na propriedade. Sendo assim, surgem novas ocupações para o tempo restante do agricultor que, de acordo com a sua natureza – agrícola ou não-agrícola – podem ser exercidas dentro ou fora da propriedade rural.

Dentre as novas alternativas figuram a prestação de serviços (pessoais, de lazer ou auxiliares nas atividades econômicas), o comércio, a produção artesanal e a

agroindustrialização, destacando-se o turismo rural como importante atividade indutora do crescimento de ocupações não agrícolas no meio rural.

Segundo MOLETTA e GOIDANICH (1999, p.10), no Brasil “o processo de interação da agropecuária com o turismo é ainda um componente inovador que, devidamente planejado, organizado e orientado, pode representar, sobretudo, uma opção na diversificação da atividade rural. Embora sua existência no país seja de longo tempo, “pouco se sabe sobre o turismo rural e menos, ainda, sobre os efeitos gerados por essa atividade” (TULIK, 1997, p.142).

Diante da constatação de que o desenvolvimento do meio rural não pode mais se alicerçar somente sobre as práticas agrárias tradicionais, é que se impôs a necessidade de diversificação, cujo objetivo é antes de tudo, “agregar valor à atividade agropecuária existente e não modificá-la”, conforme ressaltam MOLETTA e GOIDANICH (1999, p. 10). Além disso, visa ao incremento da renda familiar, à geração de empregos, à ocupação dos familiares incentivando a sua fixação no meio rural, às facilidades para comercialização da produção rural, à valorização das práticas agrícolas, do espaço rural, da cultura e do modo de viver rural, além de proporcionar a melhoria das condições de vida do homem em sua propriedade familiar.

AS ATIVIDADES TURÍSTICAS ENQUANTO ALTERNATIVA PARA VIABILIZAR O DESENVOLVIMENTO LOCAL

O turismo rural proporciona o desenvolvimento de inúmeras pequenas novas atividades geradoras de renda, que passam a despertar interesse sendo, pois, disponibilizadas para consumo e usufruto dos visitantes. Com isso, a oferta de produtos e serviços torna-se bastante diversificada suprimindo as necessidades de segmentos de consumidores bastante heterogêneos. De fato, no atual contexto nota-se uma constante modificação dos gostos e preferências dos turistas, cada vez mais exigentes e insaciáveis na busca por novos produtos e por uma oferta diversificada, diferente e de qualidade (GONÇALVES, 1998, p.130).

Essa oferta acaba tendo efeito multiplicador sobre vários outros ramos da economia local (SCHNEIDER e FIALHO, 2000, p.33). Nesse sentido, uma boa organização e planejamento do produto turístico rural determinam um maior tempo de permanência dos turistas na localidade, possibilitando que a comunidade se beneficie pelo aumento do consumo gerado no comércio local (MOLETTA e GOIDANICH, 1998, p. 21).

O setor de serviços, do qual fazem parte as atividades turísticas como um todo, é o que mais tem crescido no Brasil nas últimas décadas. Na realidade esta é uma tendência comum a todos os países de economias industrializadas. Segundo a EMBRATUR, as ações desencadeadas pelas atividades turísticas são capazes de redistribuir a renda, captar divisas, incrementar outros setores econômicos, aumentar a arrecadação fiscal, promover o desenvolvimento regional e induzir novos investimentos, com benefícios sociais. O turismo interno no Brasil cresceu nos anos 80 como resultado direto do aumento da oferta a partir da criação de novos pólos de turismo. Em geral observa-se que as atividades turísticas emergem a partir do desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação e da melhoria do padrão de vida das pessoas.



Com relação aos impactos diretos resultantes do desenvolvimento das atividades turísticas na economia, a EMBRATUR cita a redistribuição da renda entre as regiões. Na medida em que se criam pólos de turismo nas regiões atrasadas, estas passam a atrair visitantes de outras regiões de maior poder aquisitivo. Além disso, o turismo pode ser encarado como opção de desenvolvimento para regiões que não se industrializaram, quer seja pela carência de matérias-primas ou de recursos naturais ou por serem consideradas ecossistemas de grande importância, desde que se planeje com responsabilidade a referida atividade. Além disso, podem ser listados como impactos indiretos o desenvolvimento da infra-estrutura de mercado para certos produtos, a arrecadação fiscal e o efeito multiplicador sobre a economia local.

Nesse sentido, pode-se afirmar que uma boa infra-estrutura de transporte e comunicações, em uma área com potencial turístico, induzem investimentos em meios de hospedagem, restaurantes, pequenos comércios para escoamento da produção agrícola e artesanal, os quais atrairão visitantes cujos gastos, por sua vez, em parte serão revertidos em impostos para o setor público. Esta arrecadação poderá ser investida em melhorias na infra-estrutura social como um todo, beneficiando a população.

O potencial econômico que pode ser gerado pelo turismo rural está relacionado não somente à presença dos "atrativos naturais e artificiais" (CAMPOS e GONÇALVES, 1998, p.26-27) do lugar onde a atividade turística se desenvolve em caráter complementar à prática agropecuária tradicional. Mas, principalmente, à existência de aspectos culturais bastante desenvolvidos que, segundo SCHNEIDER e FIALHO (2000, p.32), dizem respeito à oferta, aos visitantes, de uma arquitetura apreciável e de uma gastronomia característica, além da conservação dos costumes e hábitos da população para que a região se torne atrativa como um todo.

De uma forma cada vez mais acentuada, as pessoas têm investido num turismo com bases culturais, desportivas e de "regresso às origens" - o que explica o sucesso e a disseminação do turismo em espaço rural como alternativa ao modelo 'sol e praia' mais tradicional, porém já desgastado. Com isso, os turistas procuram as regiões fora do litoral, em zona rural do interior ou da serra (GONÇALVES, 1998, p.131).

Se pelo lado da demanda é crescente a motivação pelo consumo do produto turístico rural, que passa a ser valorizado em toda a sua totalidade, para que se possa produzir um turismo rural de qualidade, economicamente viável, é indispensável aliar os interesses desses consumidores - oferecendo atendimento, produtos e serviços diferenciados e de qualidade a fim de cativar e satisfazer os visitantes - às necessidades dos demais segmentos envolvidos, como a de proteção dos recursos naturais e atrativos culturais do espaço rural, bem como de diversificação da renda familiar.

Muitas áreas rurais do interior ainda não despertaram para exploração turística do seu patrimônio cultural, que pode ser representado pelos aspectos da história, cultura, modo de viver, vida folclórica, vestuário nativo, moradias e arquiteturas típicas, costumes, tradições, festas típicas, a culinária e gastronomia, marcantes da localidade ou região. A exploração desses recursos, viabilizando o turismo cultural, acontece na medida em que se permite o acesso e se propiciam situações de interação dos visitantes com o referido patrimônio. Assim, percebe-se que "existe uma ligação muito forte entre o turismo cultural e o turismo rural" (MOLETTA e GOIDANICH, 1998, p.9-12).

Conforme ressalta NUEVA RURALIDAD (2000, p.15), "necessário resgatar e fortalecer a cultura rural, que é produto das raízes étnicas e dos processos colonizadores e de formação das comunidades rurais, para promover a sustentação das estratégias de desenvolvimento local. Esta cultura representa valores, formas de organização social, expressões democráticas, éticas, sistemas produtivos e tecnológicos, crenças, expressões estéticas, arquitetônicas e artísticas, os quais conferem identidade e diversidade cultural às comunidades locais".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo rural consolidar-se-á definitivamente como importante alternativa para minimizar os problemas sócio-econômicos do meio rural e urbano, na medida em que se tenham dados sobre a realidade local, que se conheçam e sejam identificadas todas as suas potencialidades de exploração turística, que se faça o registro das experiências em andamento, avaliando os efeitos gerados pela atividade no contexto da propriedade e da família rural, com a finalidade de orientar as ações e criar estratégias eficazes viabilizando a implantação da atividade e promovendo o desenvolvimento rural.

No entanto, não se pode superestimar o turismo rural, criando falsas expectativas aos seus empreendedores ou à comunidade local. É preciso que se tenha consciência de que as atividades turísticas no meio rural não são o antídoto capaz de curar todos os males, ou seja, não se constituem como solução definitiva para os problemas do campo.

Além disso, deve-se levar em conta que nem todas as famílias rurais estão aptas, qualificadas ou dispostas a aventurar-se numa nova atividade, como também não são todas as propriedades que têm condições para desenvolver o turismo rural. É importante que as famílias envolvidas sejam alertadas quantos aos riscos existentes, comuns em qualquer atividade produtiva, e, também, quanto à natureza singular desta atividade, que se desenvolve lentamente, não permitindo colher resultados imediatos. Caso contrário, poderão ficar desmotivadas, sentindo-se frustradas, sem o espírito empreendedor que a atividade requer.

Levando em conta esses fatores, o turismo rural deve ser entendido como uma nova alternativa econômica para o desenvolvimento rural, uma vez que oferece inúmeras oportunidades para o incremento de renda familiar e para a geração de empregos na comunidade, o que proporciona condições para a melhoria da qualidade de vida das famílias envolvidas.

Pelo conhecimento que se tem das iniciativas pioneiras, surgidas no Brasil há pelo menos uma década, e pelo estudo de tantas outras experiências que estão em andamento em diferentes regiões do país, já se podem aferir muitos resultados positivos da atividade turística no meio rural. Destaca-se o papel que desempenha na revitalização da economia dos municípios, induzindo o desenvolvimento em nível local.

No entanto, há que se percorrer ainda uma longa trajetória para que se possa tomar o turismo como eficaz instrumento de desenvolvimento, inserindo-o definitivamente nas



políticas públicas municipais. Para tanto, devem ser criadas estratégias de desenvolvimento integrado, onde as políticas não estejam mais dirigidas unicamente às atividades agrícolas, mas que apoiem todos os tipos de iniciativas dirigidas às atividades produtivas, quer sejam elas agrícolas ou não-agrícolas, explorando os aspectos de complementaridade entre os diferentes setores (agricultura, artesanato, turismo, cultura e meio ambiente).

O desenvolvimento do meio rural, orientado segundo os princípios do desenvolvimento sustentável, requer uma visão estratégica que parte da necessidade da criação de políticas de Estado aliado a um esforço conjunto da sociedade civil e dos poderes públicos. Em função da natureza heterogênea da sociedade rural, dos seus sistemas produtivos, do entorno econômico e de sua cultura, é preciso formular-se políticas diferenciadas para atender as especificidades locais e regionais, levando-se em conta as diferentes expressões produtivas do meio rural e as potencialidades de cada grupo humano da sociedade rural (NUEVA RURALIDAD, 2000, p.21).

As decisões políticas de planejamento e gestão das atividades públicas e privadas precisam incorporar aos fatores econômicos, também as dimensões social e ambiental, no desenvolvimento e no manejo sustentável dos recursos naturais e ecossistemas frágeis.

Não se trata simplesmente de promover o desenvolvimento social do campo e a conservação dos seus recursos naturais, mas de aumentar as oportunidades reais de acesso às ferramentas e aos espaços de produção e de comércio, de proporcionar a participação das comunidades rurais em economias regionais, de apoiar as iniciativas locais, de criar oportunidades de trabalho e emprego para que sejam melhorados os salários, a fim de superar a situação de pobreza, êxodo rural e degradação ambiental, as iniquidades e os desequilíbrios, promovendo-se a integração social e o desenvolvimento do meio rural (NUEVA RURALIDAD, 2000, p.20-23).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, J. *A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil*. Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFRGS, 1998.
- CAMPANHOLA, C; SILVA, J. G. da. *O novo rural brasileiro: uma análise estadual – Sul, Sudeste e Centro-oeste*. v.3. Jaguariúna, SP: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000.
- CAMPOS, L. C. de A. Menescal; GONÇALVES, Maria Helena Barreto. *Introdução a turismo e hotelaria*. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 1998. 112p.
- CARVALHO, L. C. P. de. "Agricultura e desenvolvimento econômico". In: FILHO, André Franco Montoro (et. al.) *Manual de economia*. São Paulo, SP: Saraiva, 1997. p.500 - 507.
- CAVACO, C. *Agricultura a tempo parcial: contribuição para o seu estudo na região de Lisboa*. Centro de Estudos de Economia Agrária. Oeiras: Fundação Calouste Gulbenkian. 1985. 471p.
- EMBRATUR. *Estudo econômico-financeiro dos meios de hospedagem e parques temáticos no Brasil*. Brasília, 1996.



- GONÇALVES, M. P. "A gastronomia como componente do produto turístico". In: ECONOMIA & PROSPECTIVA. *Turismo uma actividade estratégica*. Lisboa: Ministério da economia, v.1, n. 4, jan./mar. 1998. p.129 -133.
- NUEVA RURALIDAD. Instituto Interamericano de cooperación para la agricultura. Dirección de desarrollo rural sostenible. San José, C.R: IICA, 2000. 35p. (Serie documentos conceptuales/ IICA, n.2000 - 01)
- MOLETTA, V. F; GOIDANICH, K. L. *Turismo cultural*. Porto Alegre: SEBRAE/RS, 1998, v. 4, 64p. (Série desenvolvendo o turismo).
- _____. *Turismo rural*. Porto Alegre: SEBRAE/RS,1999, v. 6, 64p. (Série desenvolvendo o turismo).
- SCHNEIDER, S; FIALHO, M. A. V. Atividades não agrícolas e turismo rural no Rio Grande do Sul. In: ALMEIDA, Joaquim A., RIEDL, M. (Org.) *Ecologia, lazer e desenvolvimento*. Bauru, SP: EDUSC, 2000. p. 15 - 50.
- SILVA, J. G. da, VILARINHO, C; DALE, P. J. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, J. A; FROELICH, J. M.; RIEDL, M. (Org.) *Turismo rural e desenvolvimento sustentável*. Santa Maria, RS: Centro Gráfico, 1998. p. 11 - 47.
- TULIK, O. Do conceito às estratégias para o desenvolvimento do turismo rural. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). *Turismo e desenvolvimento local*. São Paulo, SP: Hucitec, 1997. p. 136-143.